

PROCESSO Nº
- 77/22 -

REG. PROC. Nº
-

FL. 1
FOLHA Nº
-



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Nº: 77

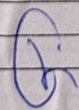
Tipo de Documento: Projeto de Lei Ordinária Nº: 50

Ano: 2022

Ementa: Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização à plena vivência da mulher no ambiente de trabalho e dá outras providências

Autor: EXECUTIVO MUNICIPAL

Aos 06 dias do mês de maio de 2022, autuo

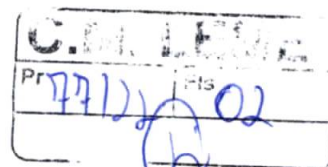
Eu,  subscrevi.

A.L. 54/22



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



Ofício nº 089/2022 - GP

Leme, 03 de maio de 2022.

Excelentíssimo Senhor,

Câmara Municipal de Leme
Protocolo 873 Processo 77
Data/Hora: 06/05/2022 16:29:01
WILLIAM CARLOS ZERO DA SILVA

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei que Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização à plena vivência da mulher no ambiente de trabalho e dá outras providências.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.


CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
Prefeito do Município de Leme

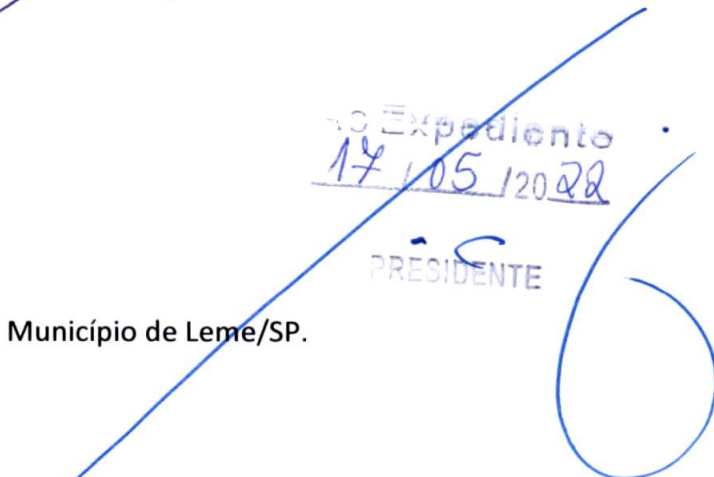
Ao

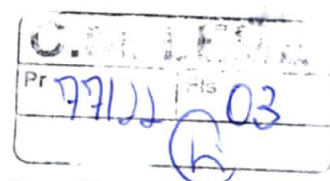
Excelentíssimo Senhor.

Marcelo Alves de Carvalho.

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta


Expediente
17/05/2022
PRESIDENTE



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 50 /2022

Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização à plena vivência da mulher no ambiente de trabalho e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Mulher, a ser conferido anualmente, às empresas privadas que, comprovadamente, cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização para plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, com vistas a premiar práticas relacionadas à política para mulheres no âmbito do Município de Leme.

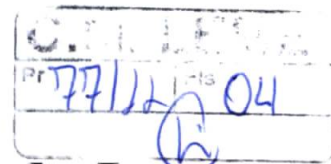
Art. 2º O Selo Empresa Amiga da Mulher será atribuído às empresas que cumprirem os seguintes requisitos:

- I – apresentar carta de compromisso constando o planejamento de ações, projetos e programas que visem a promoção e defesa dos direitos da mulher;
- II – divulgar, interna e externamente, ações afirmativas e informativas, sobre temas voltados aos direitos da mulher, principalmente sobre a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha e demais dispositivos legais que tratem da temática;
- III – firmar convênios, parcerias com órgãos ou empresas públicas ou privadas, entidades filantrópicas e associações que visem à qualificação profissional, à inclusão, ao bem-estar e ao desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho e na sociedade;
- IV – manter ambiente de trabalho com observância à saúde, integridade física, emocional e à dignidade da mulher;
- V – firmar parcerias com órgãos e instituições públicas que tenham como visão a defesa dos direitos da mulher, sendo obrigatória a parceria com o Centro de Referência da Mulher – CRM de Leme;
- VI – garantir a acessibilidade e condições adequadas de trabalho para as mulheres com deficiência;
- VII – apoiar, irrestritamente, mulheres pertencentes ao seu quadro de pessoal que forem vítimas de qualquer tipo de assédio, violência psicológica e/ou física, ou violação dos seus direitos no local de trabalho;



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



VIII – incentivar a oferta de cursos de capacitação e o emprego para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual;

IX – promover ações internas para acolhida às mulheres vítimas de violência doméstica;

X – promover ações de divulgação da garantia do pleno direito à licença maternidade e à licença amamentação;

XI – incentivar a valorização das mulheres no mercado de trabalho, promovendo a igualdade de gênero em seu quadro de pessoal, notadamente em termos remuneratórios, sempre que houver isonomia de escolaridade, função e jornada de trabalho entre homens e mulheres;

XII – implementar horários de trabalho flexíveis para funcionárias gestantes ou lactantes;

XIII – disponibilizar creche, fraldário ou brinquedoteca para filhos de funcionárias;

XIV – construção de espaços adequados para a amamentação;

XV – promover lideranças femininas dentro do quadro funcional da empresa;

XVI – conferir maior visibilidade e exposição a líderes femininas e modelos no ambiente de trabalho;

XVII – criação de sistemas de reclamações e recebimento de denúncias para mulheres vítimas de assédio sexual e moral no ambiente de trabalho;

XVIII – promover ações internas de intervenção com os homens e as mulheres, de modo a ofertar esforços preventivos e de contenção da reincidência voltados também à esfera do agressor;

XIX – cumprir as leis vigentes de proteção à mulher;

XX – desenvolver ações, projetos, palestras ou programas de prevenção e combate ao assédio, à violência e à violação de direitos contra a mulher.

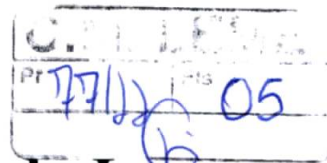
Parágrafo único. A comprovação dos requisitos necessários à habilitação das empresas ao Selo Empresa Amiga da Mulher deve ser apresentada por meio de portfólio próprio da empresa

Art. 3º O Selo Empresa Amiga da Mulher terá validade de dois anos, podendo ser renovado, por igual período, ao término de sua vigência, desde que atendidos os requisitos fixados pelo art. 2º desta Lei.

§ 1º. O Selo Empresa Amiga da Mulher será atribuído às empresas que cumprirem todas as responsabilidades, em todos os seus quesitos, salvo justificativa de afastamento de um ou alguns requisitos por decisão fundamentada da equipe avaliadora, a que se dará ampla publicidade.

§ 2º. A certificação será requerida anualmente, no período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro, mediante comprovação da observância dos requisitos fixados no art. 2º desta Lei.

§ 3º. A certificação ocorrerá no mês de maio, em data a ser definida anualmente pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

§ 4º. Excepcionalmente, no ano de 2022, a certificação será requerida no período de 1º de abril a 30 de maio, devendo ser concedida no mês de julho, em data a ser definida pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 5º. Não haverá limite para a renovação bienal da validade do Selo de que trata o *caput*, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 6º. Na hipótese de descumprimento dos critérios que autorizaram a concessão do selo antes de expirar sua validade, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social deverá cancelar o direito de uso do selo, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa a ser exercida no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do órgão competente.

Art. 4º A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social publicará em Imprensa Oficial a equipe avaliadora dos processos das instituições que pleitearem o Selo Empresa Amiga da Mulher, preferencialmente, composta por membros da gestão do SUAS e de técnicos do Centro de Referência da Mulher, e observará o fiel cumprimento dos critérios que autorizam a sua concessão.

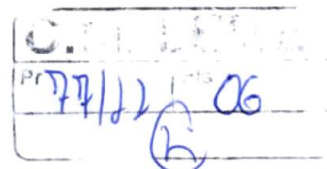
Art. 5º A empresa interessada deverá comprovar regularidade fiscal por meio de certidões emitidas pelas esferas competentes.

Art. 6º Não será concedido o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que possuam quaisquer pendências com os órgãos de proteção dos direitos da mulher nas esferas federal, estadual e municipal, ou que possuam sócios administradores condenados por órgão colegiado em crimes sexuais, de violência doméstica e/ou familiar.

Art. 7º Na hipótese de público e notório descumprimento do pacto com as políticas de valorização da mulher e enfrentamento da desigualdade de gênero no ambiente de trabalho, pela empresa com Selo Empresa Amiga da Mulher, garantida a ampla defesa e o contraditório, o seu título será suspenso até comprovada a sua recomposição ao padrão exigível, ou demonstrada a sua isenção de responsabilidade em seu eventual desvio de padrão.

Art. 8º A empresa poderá utilizar o Selo Empresa Amiga da Mulher em produtos, peças e material publicitário e citá-la, inclusive em conjunto com sua logomarca, nas publicações promocionais oficiais.

Parágrafo único. A comprovação do uso do selo conforme disposto no *caput* é condição para a sua renovação ou nova concessão.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

Art. 9º O relatório e demais dados de mensuração de impacto do programa deverão estar disponíveis para consulta pública nas plataformas digitais da Prefeitura e da empresa aderente ao Selo.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leme, 03 de maio de 2022.


CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
Prefeito do Município de Leme



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

A proposição em questão tem como objetivo trazer ainda mais engajamento por meio de incentivos para fortalecer a defesa dos direitos da mulher e o combate à violência de gênero.

O Projeto de Lei prevê a criação de um selo como reconhecimento às organizações empresariais que contribuem na luta pela garantia e defesa dos direitos das mulheres. Esse é o objetivo do "Selo Empresa Amiga da Mulher" no âmbito municipal, sendo mais uma ferramenta de contribuição na luta pela garantia dos direitos das mulheres.

A violação dos direitos da mulher tem raízes históricas, e, mesmo com o decurso do tempo, o problema parece tomar proporções cada vez maiores. Assim, o cenário que deveria experimentar, a cada dia que se avança, a evolução, tem se consolidado em regressão.

A afirmação contida no parágrafo anterior até parece absurda, principalmente se levadas em consideração os avanços da legislação – e sua aplicação – que regem o tema. Todavia, o problema do desrespeito à mulher, de uma forma geral, não está mais nas leis, mas sim na concepção que cada um tem dos integrantes – homem e mulher – da sociedade em respeito da figura feminina.

O combate à violência contra a mulher é um assunto que vem sendo debatido de forma global, como constatado na 6ª Conferência Global sobre Violência contra as Mulheres, que vem sendo desenvolvido de forma contínua, obtendo-se resultados eficazes a longo prazo conforme apontam estudos promovidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU), UNICEF, Banco Mundial e outros.

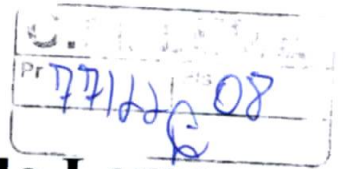
Destarte, é de suma importância que o Poder Público, tanto o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo, institua Políticas Públicas como a presente com o fito de zelar pelos direitos das mulheres, inclusive através de incentivos e mecanismos as empresas do município para que, assim, se forme uma conscientização coletiva da população local sobre os problemas que hoje existem em relação a temática.

Sabendo que a causa é "cultural" e que o remédio é educação, logo se chega à conclusão de que a conscientização é a melhor forma de combate. Conscientização é educação.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



Educação é informação. A informação, por sua vez, para alcançar todas as organizações da sociedade depende de uma propaganda segmentada, ordenada.

Em outras palavras, a presente proposta visa solicitar apoio às organizações empresariais como agentes conscientizadores na luta pela promoção, garantia e defesa dos direitos da mulher.

Esta é uma proposta em que todos ganham, o município ganha, pois se incentiva a propagação de informações acerca da legislação de proteção a mulher, assim como a empresa privada pois abraçará uma causa nobre e o comprometimento agradará os olhos da sociedade. Resumindo, toda a população municipal se beneficiará com práticas informativas e educativas de grupos empresariais.

Feito o esclarecimento acerca do conteúdo vale dizer que é descabida aqui qualquer alegação de vício formal de iniciativa na proposição por arguição de que seria de iniciativa privativa do Poder Executivo, pois estas são de interpretação restritiva e estão expressas na Lei Orgânica Municipal. Hermenêutica básica: normas restritivas de direitos devem ser interpretadas restritivamente, de forma que o rol previsto no dispositivo municipal e no art. 61, § 1º, da Constituição da República traduzem taxatividade.

O Projeto em questão encontra amparo na existência de iniciativa para a fixação de normas gerais norteadoras de políticas públicas, consoante o posicionamento atual da jurisprudência dos Tribunais Pátrios sobre o tema.

De fato, o Projeto de Lei concretiza, em âmbito municipal, o disposto na Lei Federal nº 11.340/2006, já existindo leis similares à presente em vários entes federados do país como, por exemplo, a Lei do Estado da Paraíba nº 11.367/2019, a Lei nº 4.254/2021 do Município de Santa Luzia/MG e, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 9.173/2021.

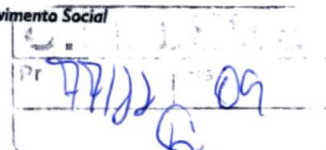
Portanto, o projeto se limita à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios.

Assim, por entender justa e oportuna a aprovação do presente projeto é que solicito a colaboração dessa Colenda Câmara, na apreciação do mesmo, com a maior brevidade possível.

Av. 29 de agosto, 668 – Centro – CEP 13610-210 - PABX (19) 3573-4000 - CNPJ/MF 46.362.661/0001-68

prefeito@leme.sp.gov.br


Claudemir Borges
Prefeito Municipal



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NOVAS DESPESAS PÚBLICAS

Leme, 29 de abril de 2022

DECLARO, para os devidos fins, que o Projeto de Lei que instituirá o *selo Empresa Amiga da Mulher*, nos termos do art. 30, I e II, da Constituição Federal NÃO criará novas despesas orçamentárias haja vista o fato da Política Pública já estar inserida no por meio de recursos públicos próprios já subsidiados e inseridos no orçamento vigente.

Por ser expressão da verdade, assino a presente.



Erica Regina Fabris

Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

Ofício nº 105/2022 – SNJ/GP

Leme, 12 de maio de 2022.

Excelentíssimo Senhor,

Através do presente, encaminho anexo, em substituição a anterior, a Justificativa do Projeto de Lei nº 50/2022 que “Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização à plena vivência da mulher no ambiente de trabalho e dá outras providências”, a qual se encontra mais detalhada, visando melhor aclarar o entendimento dos munícipes e Nobres Edis.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Câmara Municipal de Leme



Protocolo 951 Processo 77

Data/Hora: 13/05/2022 16:25:48

WILLIAM CARLOS ZERO DA SILVA


CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
Prefeito do Município de Leme

Ao

Excelentíssimo Senhor.

Marcelo Alves de Carvalho.

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

A proposição em questão tem como objetivo trazer ainda mais engajamento por meio de incentivos para fortalecer a defesa dos direitos da mulher e o combate à violência de gênero.

O Projeto de Lei prevê a criação de um selo como reconhecimento às organizações empresariais que contribuem na luta pela garantia e defesa dos direitos das mulheres. Esse é o objetivo do "Selo Empresa Amiga da Mulher" no âmbito municipal, sendo mais uma ferramenta de contribuição na luta pela garantia dos direitos das mulheres.

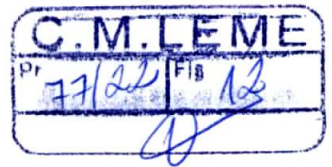
A violação dos direitos da mulher tem raízes históricas, e, mesmo com o decurso do tempo, o problema parece tomar proporções cada vez maiores. Assim, o cenário que deveria experimentar, a cada dia que se avança, a evolução, tem se consolidado em regressão.

A afirmação contida no parágrafo anterior até parece absurda, principalmente se levadas em consideração os avanços da legislação – e sua aplicação – que regem o tema. Todavia, o problema do desrespeito à mulher, de uma forma geral, não está mais nas leis, mas sim na concepção que cada um tem dos integrantes – homem e mulher – da sociedade tem a respeito da figura feminina.

O combate à violência contra a mulher é um assunto que vem sendo debatido de forma global, como constatado na 6ª Conferência Global sobre Violência contra as Mulheres, que vem sendo desenvolvido de forma contínua, obtendo-se resultados eficazes a longo prazo conforme apontam estudos promovidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU), UNICEF, Banco Mundial e outros.

Destarte, é de suma importância que o Poder Público, através do Poder Executivo, institua Políticas Públicas como a presente com o fito de zelar pelos direitos das mulheres, inclusive através de incentivos e mecanismos as empresas do município para que, assim, se forme uma conscientização coletiva da população local sobre os problemas que hoje existem em relação a temática.

Sabendo que a causa é "cultural" e que o remédio é educação, logo se chega à conclusão de que a conscientização é a melhor forma de combate. Conscientização é educação. Educação é informação. A informação, por sua vez, para alcançar todas as organizações da sociedade depende de uma propaganda segmentada, ordenada.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

Em outras palavras, a presente proposta visa solicitar apoio às organizações empresariais como agentes conscientizadores na luta pela promoção, garantia e defesa dos direitos da mulher.

Esta é uma proposta em que todos ganham, o município ganha, pois se incentiva a propagação de informações acerca da legislação de proteção a mulher, assim como a empresa privada, pois abraçará uma causa nobre e o comprometimento agradará os olhos da sociedade. Resumindo, toda a população municipal se beneficiará com práticas informativas e educativas de grupos empresariais.

De fato, o Projeto de Lei concretiza, em âmbito municipal, o disposto na Lei Federal nº 11.340/2006, já existindo leis similares à presente em vários entes federados do país como, por exemplo, a Lei do Estado da Paraíba nº 11.367/2019, a Lei nº 4.254/2021 do Município de Santa Luzia/MG e, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 9.173/2021.

Portanto, o projeto se limita à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios.

Assim, por entender justa e oportuna a aprovação do presente projeto é que solicito a colaboração dessa Colenda Câmara, na apreciação do mesmo, com a maior brevidade possível.


CLAUDEMIR APARECIDO BORGES
Prefeito do Município de Leme



PROJETO DE LEI Nº 50/2022

Ementa: Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização à plena vivência da mulher no âmbito de trabalho e dá Outras providências.

Autoria: Prefeito Municipal.

1. Relatório

Trata-se de **PARECER JURÍDICO**, apresentado à Presidência desta Casa, sobre o Projeto de Lei nº 50/22, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que "*Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização à plena vivência da mulher no âmbito de trabalho e dá Outras providências*".

O parecer tem como objetivo a análise sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei, assim como sua viabilidade jurídica no tocante ao Regimento Interno.

Segundo a justificativa anexa ao presente, busca-se uma maior engajamento por meio de incentivos para fortalecer a defesa dos direitos da mulher e o combate à violência de gênero.

É o relatório.

Passo a opinar.

2. DA SISTEMÁTICA NO PROCESSO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU E DA MANIFESTAÇÃO DA CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA.

Ab initio, impende salientar que a emissão de parecer por esta Consultoria Jurídica não substitui a vontade dos Ilustres Vereadores que compõe as



Comissões permanentes, porquanto estas são compostas pelos representantes eleitos e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

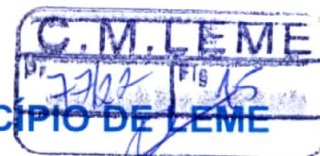
Dessa forma, **a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante**, podendo seus fundamentos ser utilizada ou não pelos membros desta Casa. De qualquer sorte, torna-se de suma importância algumas considerações sobre a possibilidade e compatibilidade sistemática adotada para o processo legislativo no âmbito desta Casa de Leis.

A sistemática adotada ressalte-se, não é exclusividade de nossa querida Leme, sendo adotada por diversas outras Câmaras Municipais brasileiras. Ainda assim, a opinião técnica desta Consultoria Jurídica é estritamente jurídica e opinativa, não podendo substituir a manifestação das Comissões Legislativas permanentes, pois a vontade do Parlamento deve ser cristalizada através da vontade do povo, aqui efetivada por meio de seus representantes eleitos.

Desta feita, são estes mesmos representantes que melhor podem analisar todas as circunstâncias e nuances (questões sociais e políticas) de cada proposição. Por essa razão, em síntese, a manifestação deste órgão de assessoramento jurídico, autorizada por norma deste Parlamento Municipal, serve apenas como norte, em caso de concordância, para o voto dos nobres Edis, não havendo substituição e obrigatoriedade em sua aceitação e, portanto, não atentando contra a soberania popular representada pela manifestação dos Vereadores.

3. ADMISSIBILIDADE, ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E COMPETÊNCIA.

O projeto de lei em enfoque está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito digitalmente por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal e a boa técnica



redacional, merecendo sim uma redução na ementa, apontando apenas e tão somente o foco principal da proposta.

Observa-se a justificativa escrita, atendendo ao disposto na norma regimental. A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo, restando, pois, cumpridos os requisitos de admissibilidade.

O artigo 30 da Constituição da República dispõe que compete ao município legislar sobre assunto de interesse local, não restando dúvidas de que o objeto da presente proposta está dentro seara de competência do Sr. Prefeito Municipal.

4. DO QUÓRUM DE APROVAÇÃO

Art. 54 - O Plenário deliberará:

Parágrafo 3º - As Leis ordinárias serão aprovadas pela maioria simples dos membros da Câmara.

Por fim, sendo aprovado em duas votações, o mesmo será enviado para o devido autógrafo e posterior sanção ou veto do Executivo, tudo conforme os trâmites previstos na legislação municipal.

5. MÉRITO

5.1 – Da Iniciativa legal.

O projeto de lei dispõe sobre a violência contra a mulher é um assunto que vem sendo debatido de forma global, de forma que nossa sociedade através de seus representantes legalmente constituídos a bem do interesse público legislam para ter uma sociedade mais respeitosa e justa.



6. DE EMENDA

Certo de que a ementa do projeto merece aperfeiçoamento

A “**ementa**” é a parte do preâmbulo que sintetiza o conteúdo da **lei**, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislada, devendo guardar estreita correlação com a ideia central do texto, bem assim com o artigo 1º do ato proposto, ou seja, em outras palavras “**ementa**” é relativo ao resumo e síntese de algo.

De forma que o presente projeto está a merecer uma emenda em sua ementa, com finalidade de sintetizar o conteúdo da lei proposta.


7. CONCLUSÃO

Diante do exposto, pelos motivos supracitados, opino – de modo não vinculante – a Consultoria Jurídica Legislativa pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei

50/2022.

É meu parecer.

Sala da Assessoria Legislativa “Dr. Waldir José Baccarin”, em 16 de maio de 2022.


Jorge Luiz Stefano
Diretor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE

LEME/SP



Ao Expediente

17 / 05 / 2022

PRESIDENTE

A(s) Co(m)iss(ões) de

C.J.F.	<input checked="" type="checkbox"/>
O.F.C.	<input type="checkbox"/>
O.S.R.	<input type="checkbox"/>
S.E.C.	<input checked="" type="checkbox"/>
P.U.O.R.S.	<input type="checkbox"/>

Em 17 / 05 / 22

Em 18 de maio de 2022

Com vista às comissões

Funcionário _____

JUNTADA

Em 20 de maio de 2022

ração juntada a estes autos o Pare-
cer Conjunto da C.O.F. e
COFC do PL 50/22

Funcionário. [Assinatura]



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 50/2022

EMENTA: Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização à plena vivência da mulher no âmbito de trabalho e dá Outras providências.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO e

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando detidamente o presente Projeto, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

1.] – Trata-se de Projeto de Lei Ordinária nº 50/22, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que *"Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização à plena vivência da mulher no âmbito de trabalho e dá Outras providências.*



2.) – Segundo a justificativa anexa ao projeto busca-se um maior engajamento por meio de incentivos para fortalecer a defesa dos direitos da mulher e o combate à violência de gênero.

3.) – Não resta dúvida de que a violência contra a mulher é um assunto que vem sendo debatido de forma global, de forma que nossa sociedade através de seus representantes legalmente constituídos, a bem do interesse público legislam políticas públicas na busca de uma sociedade mais respeitosa e justa.

4.) – Contudo, entendemos que merece aperfeiçoamento a ementa do projeto, aliás a “ementa” é a parte do preâmbulo que sintetiza o conteúdo da lei, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento da matéria legislada, devendo guardar estreita correlação com a ideia central do texto, bem assim com o artigo 1º do ato proposto, ou seja, em outras palavras, de forma geral, “**ementa**” é relativo ao resumo e síntese de algo.

5.) - De forma que o presente projeto está a merecer uma emenda em sua ementa, com finalidade de sintetizar o conteúdo da proposta, de forma que estas Comissões propõe a ementa no preambulo da proposta da seguinte forma **“Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher no Município de Leme dá outras providências”**

6.) – No tocante a Comissão de Constituição Justiça e Redação, estando o projeto bem redigido e instruído e aperfeiçoado com a emenda modificativa nº 01, nada obsta que seja apreciado pelo Plenário desta Casa, razão porque emite o seu parecer **FAVORÁVEL** à sua tramitação e a aprovação da emenda em questão.

7.) – De outro aspecto, o projeto se apresenta de forma interessante, conveniente e necessário segundo o interesse público e o bom desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao direito da mulher, de forma que a Comissão de



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Orçamento, Finanças é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto em análise, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira

Vieira, em 20 de maio de 2022.

Pela Comissão de C.J.R.

Francisco Ferreira da Silva
Presidente




Ricardo de Moraes Canata
Vice-Presidente



Lourdes Silva Camacho
Secretário


Pela Comissão de O.F.C.



Ricardo de Moraes Canata
Presidente



Francisco Ferreira da Silva
Vice-Presidente



Cíntia Cristina Grossklauss
Secretário



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 50/2022

EMENTA: Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização à plena vivência da mulher no âmbito de trabalho e dá Outras providências.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01

A ementa do projeto de lei em questão passa a ter a seguinte redação:

"Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher no Município de Leme dá outras providências"

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 20 de maio de 2022.

Pela Comissão de C.J.R.

Francisco Ferreira da Silva
Presidente

Ricardo de Moraes Canata
Vice-Presidente
Lourdes Silva Camacho
Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo



A Ordem do Dia

31 / 05 / 2022

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 50/22, aprovado por unanimidade dos presentes em 1ª e 2ª votação, com acatamento da Emenda Modificativa nº 01.

Em 31 de maio de 2022.

MARCELO ALVES DE CARVALHO ALMEIDA
Presidente Interino



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo



Autógrafo de Lei nº 54/22

Projeto de Lei nº 50/22

*Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher no
Município de Leme e dá outras providências.*

Art. 1º Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Mulher, a ser conferido anualmente, às empresas privadas que, comprovadamente, cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização para plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, com vistas a premiar práticas relacionadas à política para mulheres no âmbito do Município de Leme.

Art. 2º O Selo Empresa Amiga da Mulher será atribuído às empresas que cumprirem os seguintes requisitos:

I – apresentar carta de compromisso constando o planejamento de ações, projetos e programas que visem a promoção e defesa dos direitos da mulher;

II – divulgar, interna e externamente, ações afirmativas e informativas, sobre temas voltados aos direitos da mulher, principalmente sobre a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha e demais dispositivos legais que tratem da temática;

III – firmar convênios, parcerias com órgãos ou empresas públicas ou privadas, entidades filantrópicas e associações que visem à qualificação profissional, à inclusão, ao bem-estar e ao desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho e na sociedade;

IV – manter ambiente de trabalho com observância à saúde, integridade física, emocional e à dignidade da mulher;

V – firmar parcerias com órgãos e instituições públicas que tenham como visão a defesa dos direitos da mulher, sendo obrigatória a parceria com o Centro de Referência da Mulher – CRM de Leme;

VI – garantir a acessibilidade e condições adequadas de trabalho para as mulheres com deficiência;

VII – apoiar, irrestritamente, mulheres pertencentes ao seu quadro de pessoal que forem vítimas de qualquer tipo de assédio, violência psicológica e/ou física, ou violação dos seus direitos no local de trabalho;

VIII – incentivar a oferta de cursos de capacitação e o emprego para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual;

IX – promover ações internas para acolhida às mulheres vítimas de violência doméstica;

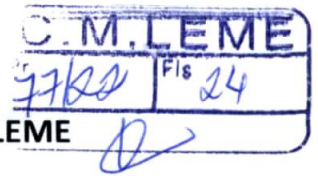
X – promover ações de divulgação da garantia do pleno direito à licença maternidade e à licença amamentação;

XI – incentivar a valorização das mulheres no mercado de trabalho, promovendo a igualdade de gênero em seu quadro de pessoal, notadamente em termos remuneratórios, sempre que houver isonomia de escolaridade, função e jornada de trabalho entre homens e mulheres;

XII – implementar horários de trabalho flexíveis para funcionárias gestantes ou lactantes;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo



- XIII – disponibilizar creche, fraldário ou brinquedoteca para filhos de funcionárias;
- XIV – construção de espaços adequados para a amamentação;
- XV – promover lideranças femininas dentro do quadro funcional da empresa;
- XVI – conferir maior visibilidade e exposição a líderes femininas e modelos no ambiente de trabalho;
- XVII – criação de sistemas de reclamações e recebimento de denúncias para mulheres vítimas de assédio sexual e moral no ambiente de trabalho;
- XVIII – promover ações internas de intervenção com os homens e as mulheres, de modo a ofertar esforços preventivos e de contenção da reincidência voltados também à esfera do agressor;
- XIX – cumprir as leis vigentes de proteção à mulher;
- XX – desenvolver ações, projetos, palestras ou programas de prevenção e combate ao assédio, à violência e à violação de direitos contra a mulher.

Parágrafo único. A comprovação dos requisitos necessários à habilitação das empresas ao Selo Empresa Amiga da Mulher deve ser apresentada por meio de portfólio próprio da empresa

Art. 3º O Selo Empresa Amiga da Mulher terá validade de dois anos, podendo ser renovado, por igual período, ao término de sua vigência, desde que atendidos os requisitos fixados pelo art. 2º desta Lei.

§ 1º. O Selo Empresa Amiga da Mulher será atribuído às empresas que cumprirem todas as responsabilidades, em todos os seus quesitos, salvo justificativa de afastamento de um ou alguns requisitos por decisão fundamentada da equipe avaliadora, a que se dará ampla publicidade.

§ 2º. A certificação será requerida anualmente, no período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro, mediante comprovação da observância dos requisitos fixados no art. 2º desta Lei.

§ 3º. A certificação ocorrerá no mês de maio, em data a ser definida anualmente pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 4º. Excepcionalmente, no ano de 2022, a certificação será requerida no período de 1º de abril a 30 de maio, devendo ser concedida no mês de julho, em data a ser definida pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 5º. Não haverá limite para a renovação bienal da validade do Selo de que trata o *caput*, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 6º. Na hipótese de descumprimento dos critérios que autorizaram a concessão do selo antes de expirar sua validade, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social deverá cancelar o direito de uso do selo, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa a ser exercida no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do órgão competente.

Art. 4º A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social publicará em Imprensa Oficial a equipe avaliadora dos processos das instituições que pleitearem o Selo Empresa Amiga da Mulher, preferencialmente, composta por membros da gestão do SUAS e de técnicos do Centro de Referência da Mulher, e observará o fiel cumprimento dos critérios que autorizam a sua concessão.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo



Art. 5º A empresa interessada deverá comprovar regularidade fiscal por meio de certidões emitidas pelas esferas competentes.

Art. 6º Não será concedido o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que possuam quaisquer pendências com os órgãos de proteção dos direitos da mulher nas esferas federal, estadual e municipal, ou que possuam sócios administradores condenados por órgão colegiado em crimes sexuais, de violência doméstica e/ou familiar.

Art. 7º Na hipótese de público e notório descumprimento do pacto com as políticas de valorização da mulher e enfrentamento da desigualdade de gênero no ambiente de trabalho, pela empresa com Selo Empresa Amiga da Mulher, garantida a ampla defesa e o contraditório, o seu título será suspenso até comprovada a sua recomposição ao padrão exigível, ou demonstrada a sua isenção de responsabilidade em seu eventual desvio de padrão.

Art. 8º A empresa poderá utilizar o Selo Empresa Amiga da Mulher em produtos, peças e material publicitário e citá-la, inclusive em conjunto com sua logomarca, nas publicações promocionais oficiais.

Parágrafo único. A comprovação do uso do selo conforme disposto no *caput* é condição para a sua renovação ou nova concessão.

Art. 9º O relatório e demais dados de mensuração de impacto do programa deverão estar disponíveis para consulta pública nas plataformas digitais da Prefeitura e da empresa aderente ao Selo.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leme, 01 de junho de 2022

Marcelo Alves de Carvalho Almeida
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo



REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 50/22

Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher no Município de Leme e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Mulher, a ser conferido anualmente, às empresas privadas que, comprovadamente, cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização para plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, com vistas a premiar práticas relacionadas à política para mulheres no âmbito do Município de Leme.

Art. 2º O Selo Empresa Amiga da Mulher será atribuído às empresas que cumprirem os seguintes requisitos:

I – apresentar carta de compromisso constando o planejamento de ações, projetos e programas que visem a promoção e defesa dos direitos da mulher;

II – divulgar, interna e externamente, ações afirmativas e informativas, sobre temas voltados aos direitos da mulher, principalmente sobre a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha e demais dispositivos legais que tratem da temática;

III – firmar convênios, parcerias com órgãos ou empresas públicas ou privadas, entidades filantrópicas e associações que visem à qualificação profissional, à inclusão, ao bem-estar e ao desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho e na sociedade;

IV – manter ambiente de trabalho com observância à saúde, integridade física, emocional e à dignidade da mulher;

V – firmar parcerias com órgãos e instituições públicas que tenham como visão a defesa dos direitos da mulher, sendo obrigatória a parceria com o Centro de Referência da Mulher – CRM de Leme;

VI – garantir a acessibilidade e condições adequadas de trabalho para as mulheres com deficiência;

VII – apoiar, irrestritamente, mulheres pertencentes ao seu quadro de pessoal que forem vítimas de qualquer tipo de assédio, violência psicológica e/ou física, ou violação dos seus direitos no local de trabalho;

VIII – incentivar a oferta de cursos de capacitação e o emprego para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual;

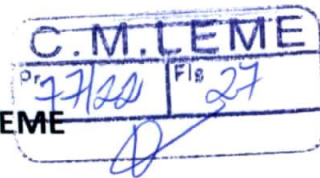
IX – promover ações internas para acolhida às mulheres vítimas de violência doméstica;

X – promover ações de divulgação da garantia do pleno direito à licença maternidade e à licença amamentação;

XI – incentivar a valorização das mulheres no mercado de trabalho, promovendo a igualdade de gênero em seu quadro de pessoal, notadamente em termos remuneratórios, sempre que houver isonomia de escolaridade, função e jornada de trabalho entre homens e mulheres;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo



- XII – implementar horários de trabalho flexíveis para funcionárias gestantes ou lactantes;
- XIII – disponibilizar creche, fraldário ou brinquedoteca para filhos de funcionárias;
- XIV – construção de espaços adequados para a amamentação;
- XV – promover lideranças femininas dentro do quadro funcional da empresa;
- XVI – conferir maior visibilidade e exposição a líderes femininas e modelos no ambiente de trabalho;
- XVII – criação de sistemas de reclamações e recebimento de denúncias para mulheres vítimas de assédio sexual e moral no ambiente de trabalho;
- XVIII – promover ações internas de intervenção com os homens e as mulheres, de modo a ofertar esforços preventivos e de contenção da reincidência voltados também à esfera do agressor;
- XIX – cumprir as leis vigentes de proteção à mulher;
- XX – desenvolver ações, projetos, palestras ou programas de prevenção e combate ao assédio, à violência e à violação de direitos contra a mulher.

Parágrafo único. A comprovação dos requisitos necessários à habilitação das empresas ao Selo Empresa Amiga da Mulher deve ser apresentada por meio de portfólio próprio da empresa

Art. 3º O Selo Empresa Amiga da Mulher terá validade de dois anos, podendo ser renovado, por igual período, ao término de sua vigência, desde que atendidos os requisitos fixados pelo art. 2º desta Lei.

§ 1º. O Selo Empresa Amiga da Mulher será atribuído às empresas que cumprirem todas as responsabilidades, em todos os seus quesitos, salvo justificativa de afastamento de um ou alguns requisitos por decisão fundamentada da equipe avaliadora, a que se dará ampla publicidade.

§ 2º. A certificação será requerida anualmente, no período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro, mediante comprovação da observância dos requisitos fixados no art. 2º desta Lei.

§ 3º. A certificação ocorrerá no mês de maio, em data a ser definida anualmente pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 4º. Excepcionalmente, no ano de 2022, a certificação será requerida no período de 1º de abril a 30 de maio, devendo ser concedida no mês de julho, em data a ser definida pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 5º. Não haverá limite para a renovação bienal da validade do Selo de que trata o *caput*, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 6º. Na hipótese de descumprimento dos critérios que autorizaram a concessão do selo antes de expirar sua validade, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social deverá cancelar o direito de uso do selo, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa a ser exercida no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do órgão competente.

Art. 4º A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social publicará em Imprensa Oficial a equipe avaliadora dos processos das instituições que pleitearem o Selo Empresa Amiga da Mulher, preferencialmente, composta por membros da gestão do SUAS e de técnicos do Centro de Referência da Mulher, e observará o fiel cumprimento dos critérios que autorizam a sua concessão.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
Estado de São Paulo



Art. 5º A empresa interessada deverá comprovar regularidade fiscal por meio de certidões emitidas pelas esferas competentes.

Art. 6º Não será concedido o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que possuam quaisquer pendências com os órgãos de proteção dos direitos da mulher nas esferas federal, estadual e municipal, ou que possuam sócios administradores condenados por órgão colegiado em crimes sexuais, de violência doméstica e/ou familiar.

Art. 7º Na hipótese de público e notório descumprimento do pacto com as políticas de valorização da mulher e enfrentamento da desigualdade de gênero no ambiente de trabalho, pela empresa com Selo Empresa Amiga da Mulher, garantida a ampla defesa e o contraditório, o seu título será suspenso até comprovada a sua recomposição ao padrão exigível, ou demonstrada a sua isenção de responsabilidade em seu eventual desvio de padrão.

Art. 8º A empresa poderá utilizar o Selo Empresa Amiga da Mulher em produtos, peças e material publicitário e citá-la, inclusive em conjunto com sua logomarca, nas publicações promocionais oficiais.

Parágrafo único. A comprovação do uso do selo conforme disposto no *caput* é condição para a sua renovação ou nova concessão.

Art. 9º O relatório e demais dados de mensuração de impacto do programa deverão estar disponíveis para consulta pública nas plataformas digitais da Prefeitura e da empresa aderente ao Selo.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leme, 31 de maio de 2022

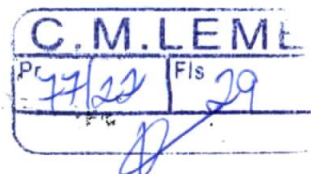
Marcelo Alves de Carvalho Almeida
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE

LEME/SP

Ofício nº 295 / 2022 – VB



Leme, 01 de junho de 2022

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente passamos às mãos de Vossa

Excelência os seguintes Autógrafos:

- de Lei nº 54/22, referente ao Projeto de Lei nº 50/22.

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

No. Processo: 7912
Data/Hora Processo: 02/06/22 14:57
Requerente: CAMARA DOS VERADORES DO MUNICIPIO DE LEME
Subassunto: OFICIOS
Súmula: OF 295/22 REF AUTOGRAFO DE LEI 54/22
Senha internet: W9VD95V
Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>

SARA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
77/22	Fis 30

LEI ORDINÁRIA Nº 4.116, DE 06 DE JUNHO DE 2022.

Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Mulher, a ser conferido anualmente, às empresas privadas que, comprovadamente, cumprirem ações e projetos de promoção e defesa dos direitos da mulher, bem como metas de valorização para plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, com vistas a premiar práticas relacionadas à política para mulheres no âmbito do Município de Leme.

Art. 2º O Selo Empresa Amiga da Mulher será atribuído às empresas que cumprirem os seguintes requisitos:

I – apresentar carta de compromisso constando o planejamento de ações, projetos e programas que visem a promoção e defesa dos direitos da mulher;

II – divulgar, interna e externamente, ações afirmativas e informativas, sobre temas voltados aos direitos da mulher, principalmente sobre a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha e demais dispositivos legais que tratem da temática;

III – firmar convênios, parcerias com órgãos ou empresas públicas ou privadas, entidades filantrópicas e associações que visem à qualificação profissional, à inclusão, ao bem-estar e ao desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho e na sociedade;

IV – manter ambiente de trabalho com observância à saúde, integridade física, emocional e à dignidade da mulher;

V – firmar parcerias com órgãos e instituições públicas que tenham como visão a defesa dos direitos da mulher, sendo obrigatória a parceria com o Centro de Referência da Mulher – CRM de Leme;

VI – garantir a acessibilidade e condições adequadas de trabalho para as mulheres com deficiência;

VII – apoiar, irrestritamente, mulheres pertencentes ao seu quadro de pessoal que forem vítimas de qualquer tipo de assédio, violência psicológica e/ou física, ou violação dos seus direitos no local de trabalho;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
77/22	Fis 31
<i>[Handwritten signature]</i>	

VIII – incentivar a oferta de cursos de capacitação e o emprego para mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual;

IX – promover ações internas para acolhida às mulheres vítimas de violência doméstica;

X – promover ações de divulgação da garantia do pleno direito à licença maternidade e à licença amamentação;

XI – incentivar a valorização das mulheres no mercado de trabalho, promovendo a igualdade de gênero em seu quadro de pessoal, notadamente em termos remuneratórios, sempre que houver isonomia de escolaridade, função e jornada de trabalho entre homens e mulheres;

XII – implementar horários de trabalho flexíveis para funcionárias gestantes ou lactantes;

XIII – disponibilizar creche, fraldário ou brinquedoteca para filhos de funcionárias;

XIV – construção de espaços adequados para a amamentação;

XV – promover lideranças femininas dentro do quadro funcional da empresa;

XVI – conferir maior visibilidade e exposição a líderes femininas e modelos no ambiente de trabalho;

XVII – criação de sistemas de reclamações e recebimento de denúncias para mulheres vítimas de assédio sexual e moral no ambiente de trabalho;

XVIII – promover ações internas de intervenção com os homens e as mulheres, de modo a ofertar esforços preventivos e de contenção da reincidência voltados também à esfera do agressor;

XIX – cumprir as leis vigentes de proteção à mulher;

XX – desenvolver ações, projetos, palestras ou programas de prevenção e combate ao assédio, à violência e à violação de direitos contra a mulher.

Parágrafo único. A comprovação dos requisitos necessários à habilitação das empresas ao Selo Empresa Amiga da Mulher deve ser apresentada por meio de portfólio próprio da empresa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME M. L. LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

77/22 Fis 32
J

Art. 3º O Selo Empresa Amiga da Mulher terá validade de dois anos, podendo ser renovado, por igual período, ao término de sua vigência, desde que atendidos os requisitos fixados pelo art. 2º desta Lei.

§ 1º. O Selo Empresa Amiga da Mulher será atribuído às empresas que cumprirem todas as responsabilidades, em todos os seus quesitos, salvo justificativa de afastamento de um ou alguns requisitos por decisão fundamentada da equipe avaliadora, a que se dará ampla publicidade.

§ 2º. A certificação será requerida anualmente, no período de 1º de janeiro a 28 de fevereiro, mediante comprovação da observância dos requisitos fixados no art. 2º desta Lei.

§ 3º. A certificação ocorrerá no mês de maio, em data a ser definida anualmente pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 4º. Excepcionalmente, no ano de 2022, a certificação será requerida no período de 1º de abril a 30 de maio, devendo ser concedida no mês de julho, em data a ser definida pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 5º. Não haverá limite para a renovação bienal da validade do Selo de que trata o *caput*, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 6º. Na hipótese de descumprimento dos critérios que autorizaram a concessão do selo antes de expirar sua validade, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social deverá cancelar o direito de uso do selo, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa a ser exercida no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do órgão competente.

Art. 4º A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social publicará em Imprensa Oficial a equipe avaliadora dos processos das instituições que pleitearem o Selo Empresa Amiga da Mulher, preferencialmente, composta por membros da gestão do SUAS e de técnicos do Centro de Referência da Mulher, e observará o fiel cumprimento dos critérios que autorizam a sua concessão.

Art. 5º A empresa interessada deverá comprovar regularidade fiscal por meio de certidões emitidas pelas esferas competentes.

Art. 6º Não será concedido o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que possuam quaisquer pendências com os órgãos de proteção dos direitos da mulher nas esferas federal, estadual e municipal, ou que possuam sócios administradores condenados por órgão colegiado em crimes sexuais, de violência doméstica e/ou familiar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pl. 77/22	Fis. 33

Art. 7º Na hipótese de público e notório descumprimento do pacto com as políticas de valorização da mulher e enfrentamento da desigualdade de gênero no ambiente de trabalho, pela empresa com Selo Empresa Amiga da Mulher, garantida a ampla defesa e o contraditório, o seu título será suspenso até comprovada a sua recomposição ao padrão exigível, ou demonstrada a sua isenção de responsabilidade em seu eventual desvio de padrão.

Art. 8º A empresa poderá utilizar o Selo Empresa Amiga da Mulher em produtos, peças e material publicitário e citá-la, inclusive em conjunto com sua logomarca, nas publicações promocionais oficiais.

Parágrafo único. A comprovação do uso do selo conforme disposto no *caput* é condição para a sua renovação ou nova concessão.

Art. 9º O relatório e demais dados de mensuração de impacto do programa deverão estar disponíveis para consulta pública nas plataformas digitais da Prefeitura e da empresa aderente ao Selo.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11 O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Leme, 06 de junho de 2022.


CLAUDEMIR APARECIDO BORGES